

RELATÓRIO DE MISSÃO

MISSÃO NO MEIO INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE

(MATO GROSSO DO SUL)

- Trabalho financiado pela Embaixada da França em Brasília, em apoio ao projeto "Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro Oeste -

Catherine AUBERTIN

Economista da ORSTOM

Convênio ORSTOM-CNPq-UnB

- maio de 1984 -

1 - Apresentação da missão	p. 1
1.1 Projeto da missão de apoio	p. 1
1.2 Órgãos e empresas visitados	p. 3
2 - As Empresas	p. 5
2.1 A Pesquisa	p. 5
2.2 História, mercado e capital	p. 9
2.3 As matérias-primas e os freios à integração econômica regional	p. 13
3 - Em busca de informações	p. 19
3.1 O sistema de imposição	p. 24
3.2 As pesquisas nacionais	p. 31
3.3 As instituições	p. 33
4 - A cidade e o emprego	p. 36
4.1 Uma cidade de comerciantes e de fazendeiros	p. 37
4.2 Percepções de emprego	p. 40
4.3 Dados sobre o emprego	p. 43
ANEXO : FICHAS-SÍNTESE	p. 48

1.1 PROJETO DA MISSÃO DE APOIO

Campo Grande-abril 84

Objetivo

Estudar o processo de industrialização e de urbanização da cidade de Campo Grande (e eventualmente Dourados), identificação dos pontos de estrangulamento.

Antes da Partida

- escolha de uma amostragem de empresas a partir dos dados do IBGE, com critério de importância do valor da produção e de representatividade dos setores industriais
- contatos com o CNDU e o Ministério do Trabalho a respeito do projeto BIRD "Cidades de Porte Médio" o qual pertence Campo Grande.

Desenvolvimento da Missão

- Discussão com a SEPLAN sobre o programa abaixo:

1 - entrevistas nas empresas

- pesquisa histórica (razões da implantação, composição do capital ...)
- reconstrução da estrutura dos custos para preparar a passagem entre contabilidade privada e contabilidade social
- apreciação das origens dos fluxos e os efeitos indutores da região (seguimento)
- política de emprego

- localização dos pontos de captação das informações sobre a empresa pelos poderes públicos e tratamento desses dados
 - perspectivas
- 2 - Inventário dos dados disponíveis na SEPLAN pela elaboração das contas regionais
- 3 - Contatos locais com universitários e responsáveis da política local de urbanização e de emprego.

Essa missão será efetuada em união com a missão do grupo "Indústria e Comércio", prolongando alguns contatos tomados por este grupo, se não houver possibilidade de realizar o início da missão conjuntamente.

Catherine AUBERTIN

Economista ORSTOM

UnB-Dptº Geografia

Convênio CNPq-ORSTOM

1.2 ÓRGÃOS E EMPRESAS VISITADOS

ÓRGÃOS VISITADOS

- SUDECO - Escritório local da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.
- SEPLAN-MS - Secretaria de Planejamento.
- PCPM - Programa Cidades de Porte Médio.
(BIRD, CNDU, Ministério do Trabalho)
- FIEMS - Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Secretaria da Fazenda.
- UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- SINE - Sistema Nacional de Emprego.
- CODESUL - Companhia Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração do Mato Grosso do Sul.
- FUCMT - Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso do Sul.
- IBGE - Escritório local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IDESUL - Instituto de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.

EMPRESAS VISITADAS

- Cooperativa Central de Leite do Mato Grosso do Sul - CCLMS.
- Gráfica Brasília.
- Agrosul (setor de armazenamento)
- MAFOR - Ind. e Com. Ltda.
- PAULI Ind. Metalúrgica e Com. Ltda.
- SEPACO Ltda.
- Matadouro Eldorado S/A.
- PLASTPLUMA Ind. e Com. de Artigos Plásticos e Espumas Ltda.
- ADAMES Com. e Ind. de Couros Ltda.
- CIMADEL Ind. e Com. Ltda.
- COPAMAT Poços Artesianos Ltda.

2. AS EMPRESAS

2.1 A PESQUISA

A FIEMS nos entregou uma lista de indústrias situadas em Campo Grande que havia sido elaborada com a finalidade de de nos dar uma boa representação da atividade industrial da cidade.

Foi possível visitar :

- um frigorífico
- uma usina de sais minerais para gado
- uma indústria metalúrgica
- uma usina de sementes
- uma usina de embalagens de plástico
- um comerciante especializado nos produtos que giram em torno da criação de gado (comércio de couro, vacinas, fabricação de artigos de selaria e de sais minerais)
- uma empresa de postos artesianos
- uma empresa de estruturas metálicas e de vigas de madeira
- uma empresa de serviços públicos
- um laticínio
- uma indústria gráfica
- um armazém

Dentre estas empresas, de tamanhos diferentes, que empregam de 5 a 800 pessoas, encontramos sociedades es-

tatais, sociedades anônimas, sociedades de responsabilidade limitada e cooperativas. Desta forma, acreditamos dispor de uma boa amostra.

Podemos notar que, afora as empresas de construção e de serviços públicos, estas indústrias executam transformações locais simples de produtos agrícolas e de criação de gado (leite, carne, grãos, ossos) ou de produtos importados (papel, plástico). Para algumas, o termo transformação industrial é impróprio, seja por elas não oferecerem senão serviços, seja por elas se contentarem em preparar um produto para sua saída ou em estocá-lo.

Os industriais foram interrogados sobre três assuntos :

- a história da constituição de sua indústria (data de criação, motivo de sua implantação, constituição do capital...).

- A origem das matérias-primas utilizadas e a participação destas matérias-primas no custo líquido do produto, a fim de constituir, em termos de percentual, uma aparente estrutura dos custos.

- Os documentos administrativos que devem ser preenchidos pela empresa, a fim de se determinar quais seriam as fontes de informação externas à empresa.

No conjunto, o contato foi muito caloroso e os industriais se prestaram, de boa vontade, a uma tentativa de reconstituição de seus custos, ainda com maior facilidade em razão de estarem livres para fornecer seus elementos constitutivos

que atingem os fatídicos 100%. Mas foram sistematicamente observadas grandes omissões quando se tratava de fornecer valores, particularmente no setor da construção civil.

A partir destes três temas, todos os assuntos podiam ser abordados. Voluntariamente levamos as informações ao pé da letra, sem procurar verificá-las ou levantar questões sobre as mesmas. Na nossa opinião, torna-se mais interessante fazer uma apreciação do estado de espírito do industrial do que das informações que poderiam ser analisadas por nós em nome da verossimilhança econômica que, neste caso preciso, está bem distante da realidade. Por exemplo, a confusão total das regras de imposição, do modo como foram recolhidas por nós, revela muito mais as negociações conduzidas uma a uma, empresa por empresa, do que o enunciado da regra geral de aplicação.

Para calcularmos a estrutura dos custos, ficamos embaraçados diante da apresentação do sistema contábil em vigor que os agrupa por função: os custos administrativos, por um lado, os custos de comercialização e os de produção, por outro, sem que nos fosse possível distinguir as remunerações do capital e do trabalho.

De um modo geral, as contas das empresas são bem administradas, mantendo uma periodicidade e uma preocupação com a precisão bem superiores ao mínimo exigido pela lei, tendo, a maioria delas, recurso à informática e aos serviços de um contador de fora da empresa. Desta maneira, tudo deveria ficar claro. Mas, da mesma forma, fica claro que existem várias contas e que a parte puramente produtiva da atividade da empresa é negli-

genciada com relação ao jogo dos investimentos, dos empréstimos, das correções monetárias, das subvenções e facilidades legais de qualquer espécie.

Do mesmo modo, ainda que ninguém seja capaz de fornecer de imediato os custos de produção, nem por isso deve-se concluir que este fato represente uma ignorância de gestão ou um medo do controle fiscal, mas, antes, um hábito de não se a apresentar as contas dentro desta ótica. O industrial que não faz suas contas senão através da diferença entre o que entrou e o que saiu não existe, na medida em que representaria um modo de gestão empírico sem se preocupar em utilizar, da melhor forma possível, o aparelho de produção; mas existe, na medida em que a inflação, a falta de controle sobre os preços e as possibilidades de margem confortável não possam permitir uma gestão muito precisa onde tudo seria levado em conta. Qualquer previsão, mesmo a curto prazo, é impossível.

Será portanto mais fácil manusear com os preços ou as vantagens fiscais do que com uma melhoria do processo de produção. Uma melhor organização da produção jamais trará o mesmo benefício de uma boa especulação sobre um empréstimo ou sobre a exclusividade de um mercado.

Para cada empresa, apresentamos, em anexo, uma ficha-síntese da entrevista.

2.2 HISTÓRIA, MERCADO E CAPITAL

As empresas visitadas têm um ponto em comum: todas devem sua implantação ao mercado local. Em todos os casos, é a garantia deste mercado para dar saída à produção que está na base da decisão do investimento, com excessão (de tamanho) dos frigoríficos cujo mercado se encontra quase totalmente na exportação. Daí sua implantação estar ligada à proximidade com as matérias-primas, ficando o mercado garantido ao exterior.

O Mato Grosso do Sul não ajudou estas empresas. Não há bancos de desenvolvimento susceptíveis de conceder empréstimos, nem vantagens particulares que ajudem a comercialização. Desde 1977, existe uma zona industrial em Campo Grande fundada pela municipalidade, passada em seguida para a jurisdição do estado, mas nem todas as estradas foram ainda asfaltadas e, tendo a expansão da cidade se dado no sentido oposto, em direção ao "parque dos poderes", os terrenos não adquiriram valor e ficaram isolados quanto às vias de comunicação e às infra-estruturas sociais (ônibus, escolas...), o que representa uma grande desvantagem para a fixação do pessoal.

As vantagens fiscais de que beneficiam não dependem senão muito pouco da jurisdição direta do estado. Com exceção do ISS e das taxas sobre os transportes fixadas pelas municipalidades, as regras de aplicação dos demais impostos ficam a cargo do poder federal. O estado possui, entretanto, força de iniciativa com relação às modalidades de aplicação do ICM. As vantagens se manifestam mais nas condições de fiscalização que são bastante leves.

Em sua maioria, os proprietários das empresas vêm do "Sul": São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul... Vieram tentar sua chance em uma região "nova" onde foram muito racionais, se dedicando a estudos de mercado. Trata-se de pequenas empresas familiares ou constituídas por alguns acionistas, geralmente um pequeno grupo de amigos. Encontramos com frequência histórias de família e de solidariedades regionais. Mais de 80% do capital é constituído por fundos próprios.

O recurso aos empréstimos é muito oneroso, já que, de modo particular, as taxas não são vantajosas. Este preço elevado parece ser um fenômeno recente, causador de inúmeros problemas. A estrutura do tipo familiar encontra dificuldades na medida em que deve arcar com a crescente necessidade de acumular capital de giro ou financiar um novo investimento. Os bancos não assumem a continuidade dos processos já iniciados e, apesar da política de reinvestimento dos lucros, o capital permanece insuficiente. O recurso aos empréstimos é utilizado para o financiamento de um capital de giro, aparentemente pouco controlável. Este problema do financiamento do capital de giro e de disponibilidades monetárias constitui a queixa mais importante dos industriais com quem conversamos. Recorrem a esta causa para explicar uma situação de produção abaixo das capacidades e a falta de dinheiro para aumentar o negócio ou diversificá-lo.

Não podemos deixar de nos questionar sobre este fenômeno. Diante da dimensão dos lucros obtidos e conhecendo a facilidade com a qual os industriais colocam os capitais no mercado financeiro, parece curioso que o capital de giro seja motivo de tanta preocupação. Seria um má administração, um argumen

to para cobrar vantagens do estado, ou um hábito de reservar as somas, normalmente utilizadas para o financiamento de capital de giro, para outras especulações? Uma análise de administração financeira deveria se impor antes de se dar início a qualquer política de empréstimo às empresas.

Apenas duas empresas recorreram amplamente ao empréstimo. A primeira, cujo estatuto de cooperativa facilitou o endividamento e levou-a a aumentar sua capacidade de produção, encontrando-se diante de um impasse para pagar as despesas financeiras, a segunda porque tinha recurso a empréstimos especiais normalmente destinados à agricultura.

No mais, afora o setor da construção civil, duramente atingido pela crise, as empresas do Mato Grosso do Sul se encontram em boa situação e estão longe de saturar seu mercado. Sendo mais orientadas para a satisfação das necessidades da agricultura ou da criação de gado, elas não são atingidas pela crise industrial e seu lucro é, em média, superior a 10% do montante das vendas.

A nova lei "Proindústria" que dá acesso a um certo número de redução ou supressão de impostos para os industriais desejosos de se estabelecerem, deixa aqueles industriais já em atividade muito perplexos. As vantagens fiscais propostas não atingem a maioria. Seja porque julguem insuficientes ou mal adaptados aos problemas que encontram, sempre apresentados como uma consequência das dificuldades de acesso ao crédito e nunca um problema de imposição excessiva.

Esta lei não concede a nenhum deles os meios

de crescerem, fundando uma filial por exemplo, ou de aumentarem a capacidade de produção disponível. Sem dúvida nenhuma, é verdade que os industriais ainda não viram todas as possibilidades de colocar as condições de aplicação desta lei em seu proveito, por meio de algumas pressões para nela incluir algumas modificações; mas resta dizer que vale mais a pena permitir a existência de uma atividade, favorecê-la no começo de sua criação, antes de se pensar em diminuir seus ônus sobre um futuro produto. Talvez seja melhor ajudar empresas já existentes, com problemas bem demarcados, do que candidatos industriais simplesmente motivados por vantagens fiscais. Aliás, parece que esta é uma lei promulgada sob medida para uma empresa de fabricação de óleo de soja, cuja criação foi anunciada oficialmente duas semanas depois de sua publicação no jornal oficial e depois da promulgação de uma outra lei diminuindo a taxa de ICM sobre as primeiras transações da soja.

Algumas destas leis podem ser consideradas como ilegais pelo poder federal. É novamente levantado o problema do papel do estado. Observa-se que as ajudas são geralmente "perdas a ganhar"; isto é, exonerações sobre receitas futuras, sobre não-receitas. Não é exatamente a mesma coisa que um compromisso financeiro sobre receitas já percebidas, e isto pode parecer uma solução de facilidade e de economia a curto prazo. Mas, possui o Mato Grosso do Sul os meios para ajudar as empresas de modo mais positivo? A criação de um banco de desenvolvimento unicamente cobrado pelos empresários seria uma medida mais política.

2.3 AS MATÉRIAS-PRIMAS E OS FREIOS À INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

Sendo "São Paulo" um termo genérico para designar um estado industrializado, responsáveis e industriais do Mato Grosso do Sul gostam de apresentar seu estado como uma região submissa a este centro. Historicamente, é verdade que a região está ligada ao estado de São Paulo, de que ela constitui a fonte de provisão de carne e uma "nova fronteira" para a especulação sobre suas terras. Há uma rede rodoviária amplamente dirigida para São Paulo, assim como uma especialização em produtos primários de exportação. Mas, não se explica bem porque os produtos primários não são orientados para um consumo local e porque o processo de industrialização é tão fraco.

Todas as indústrias que devem utilizar matérias-primas não agrícolas durante seu processo de fabricação, as compram em "São Paulo". E isto ocorre mesmo que o produto seja fabricado localmente, mesmo que o comerciante local possa oferecê-lo, mesmo que o produto seja importado do exterior. São várias as razões para isto:

- A simplicidade: o fato de se dirigir diretamente ao produtor faz com que não haja a necessidade de se pagar um intermediário. As indústrias do Campo Grande executam transformações simples e não possuem senão um número reduzido de matérias-primas que são por elas consumidas em quantidades regulares; é mais simples se dirigir sempre ao mesmo fornecedor unicamente para se obter preços mais vantajosos e para garantir para

si uma provisão regular. Paradoxalmente, o contrário também se observa: o setor da construção civil, necessitando de elementos muito diversificados, prefere se dirigir a um grande comerciante de São Paulo, já que possui interesse em centralizar suas compras. Enfim, o que há de mais simples, senão evitar a mudança de hábitos?

- A economia : as margens comerciais praticadas em Campo Grande são muito amplas, tanto mais que são aplicadas sobre produtos cujas taxas e custos de transportes já foram pagos, e sobre os quais é aplicada a taxa de 16% de ICM, ao passo que uma encomenda direta a São Paulo se submete apenas a 9% sobre o preço de saída da empresa. Por outro lado, sendo grande exportador de produtos agrícolas, o Mato Grosso do Sul recebe muitas mercadorias negociadas com os caminhões que levaram os produtos locais para pagar o frete da ida. Assim, as banais telhas de terra, produto local por excelência, têm fortes concorrências de telhas provenientes de São Paulo, que, praticamente, não se submetem ao pagamento do custo de transporte. A qualquer mercadoria exportada pelo Mato Grosso do Sul corresponde um frete mais ou menos barato a favor de um produto que será importado... e que pagará uma taxa inferior àquela da mercadoria local. (O problema também está presente no outro sentido, mas a taxa de ICM lhe é desfavorável e ele não enfrenta os períodos mais atarefados de colheita que desorganizam o equilíbrio do frete).

- A segurança: as empresas locais são pequenas, não podendo, desta forma, garantir grandes encomendas. A produção local de estrutura metálica, por exemplo, é insuficiente

para a construção civil. O cimento e os minerais de Corumbá estão submetidos à imprevisibilidade da entrega, a estrada de ferro não é muito confiável e São Paulo não fica tão longe...

- A esta lista deveríamos acrescentar um outro fator: a inadequação do produto ou de seu preço e, sobretudo no que concerne os frigoríficos, o jogo com as filiais. Em Campo Grande, existem três frigoríficos importantes cuja razão de ser é a exportação. Enquanto o boi dá acesso a uma cadeia de transformação muito diversificada, do sabão às roupas de couro, o que se nota é que a presença destes frigoríficos não desencadeou efeitos para frente em nenhuma atividade. As indústrias de transformação dos sub-produtos do boi não se munem do necessário. As usinas de sais minerais para gado fazem sua farinha de osso a partir da recuperação de carcaças nos açougues; o comércio de couro curtido também se faz através do fornecimento por estes açougues; nenhuma atividade dá um tratamento à substância gordurosa, a não ser como sub-produto da farinha de ossos; enfim, o couro trabalhado localmente vem do Rio Grande do Sul.

Os animais vendidos aos frigoríficos são vistos como "belos animais", com couro de primeira qualidade. Este último é vendido diretamente para aqueles que nele trabalharão, isto é, empresas de couro de luxo. A recuperação do couro nos açougues é feita nas costas (!) de animais de segunda categoria, o couro é menos bonito e também menos caro, e os compradores não são os mesmos.

Os frigoríficos exportam carcaças inteiras. Os ossos não serão tratados senão através de um processo de se -

gunda transformação com o cliente das carcaças (geralmente uma filial). Os sub-produtos dos frigoríficos são diretamente exportados para serem colocados em evidência fora da região. Diante da importância destes frigoríficos, não se pode perceber o que poderia obrigá-los a interromper sua cadeia de transformação para favorecer os concorrentes do Mato Grosso do Sul.

O trabalho com o couro é muito delicado. Por razões de mercado, de qualidade de mão-de-obra, de evolução, é muito difícil fazer concorrência com as roupas de couro das regiões nelas especializadas, como o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina. Apenas trabalhos simples como os de artigos de selaria podem ser executados. Supondo que os investimentos sejam realizáveis, dentro de um mercado disponível, como o do couro, os benefícios que se pode esperar tirar do comércio de artigos deste material são nitidamente superiores ao que se pode esperar da produção destes mesmos artigos.

Enfim, coloca-se em Campo Grande, um problema de escassez de mercado para produtos mais elaborados. A totalidade das indústrias existentes exploram lugares disponíveis no mercado sem risco e sem que haja necessidade de luta com concorrentes industriais ou comerciais. O mesmo não se poderia dizer com relação às indústrias de montagem de bens de equipamento doméstico: climatizadores, carros, aparelhos domésticos... Mas Campo Grande já é uma cidade antiga, possuindo uma estratificação social antiga. A população de grandes rendas já está equipada, e a crise atinge fortemente a classe média. Campo Grande não é uma cidade pioneira portadora de um mercado de consumo para bens de

equipamento clássicos que seriam produzidos em série. Uma vez que as empresas visam o mercado de altas rendas, elas se contentam em comercializar os produtos com uma confortável margem de lucro.

Estas poucas observações colocam em causa a integração industrial regional. Podemos sempre tentar reconstituir uma matriz dos intercâmbios industriais a partir do consumo de cada um dos grupos, mas nos chocamos com mecanismos ignorados pela lógica desta matriz. O Mato Grosso do Sul produz e consome cimento, bem como embalagens de plástico, mas a capacidade das usinas de estruturas metálicas não está saturada... Mas não se trata do mesmo cimento, nem da mesma embalagem, e as razões de bloqueio de produção não se devem à demanda... É impossível obrigar um industrial a se abastecer com um outro industrial somente pelo fato deste último ser um vizinho seu. O efeito do impulso da indústria no Mato Grosso do Sul é muito fraco. Não se pode "manchar uma matriz de intercâmbios industriais". Em compensação, é fácil mostrar suas ligações com o setor agrícola, e esta constatação não possui nenhum caráter negativo. As empresas do Mato Grosso do Sul prosperam, outras estão sendo criadas e o mercado parece acolher todas elas. Em compensação, esta constatação possui um caráter negativo no que se refere à utilização de uma matriz para um projeto de planificação industrial, na medida em que não haja uma preocupação prévia em se descrever seus mecanismos. Um simples quadro com números não pode, em nenhum caso, substituir um estudo das articulações e pressões econômicas. A constituição de tal matriz deve ser considerada como um suporte metodológico muito precioso para uma descrição da economia e não como uma técnica contábil.

Não podemos dizer que "São Paulo" domina o Mato Grosso do Sul. Em primeiro lugar, porque são os mesmos atores e interesses que estão em jogo: fazendeiros no Mato Grosso do Sul, industriais em São Paulo; políticos no Mato Grosso do Sul, compradores de grãos em São Paulo. Em seguida, porque, acima da supremacia de São Paulo, o que está em causa é a supremacia de um sistema produtivo. A especialização do campo em locais de alguns produtos primários de exportação, a concentração dos homens e da atividade industrial, as cadeias de comercialização e especulações das mercadorias, a terra e a moeda. São elementos de um sistema econômico que "São Paulo" se contenta em personalizar, mas que constituem o objeto de um consenso geral. O governo do Mato Grosso do Sul não é o primeiro a se orgulhar de suas capacidades agrícolas e a permitir que a metade das terras cultiváveis seja recoberta pela soja, produto de especulação por excelência, em detrimento da pequena produção alimentícia, encorajando desta forma o êxodo rural e a dependência do estado frente aos compradores de soja de São Paulo ou de outros lugares?

3. EM BUSCA DE INFORMAÇÕES...

Em todo o Mato Grosso do Sul não existe um lugar onde pudessem ser encontrados dados relativos às estatísticas de produção industrial. Atualmente, ninguém e nenhum órgão possui condições de fornecer um dado que possibilite, por exemplo, situar o valor da produção industrial do Estado, a não ser por meio de uma extrapolação mais ou menos fantasista do recenseamento do IBGE de 1975...

Várias razões podem ser adiantadas:

Um estado com vocação agrícola...

O Mato Grosso teria uma vocação para a criação de gado e a agricultura. O significado do termo "vocação" não é bem conhecido. A agricultura não cobre senão 5% das superfícies cultiváveis, e, quanto à criação de gado - extensiva -, 3/4 são praticados em pastagens naturais. Sob este ângulo, esta vocação seria antes uma fatalidade do que uma vontade de se especializar... O que quer que seja, a maioria das verbas para o desenvolvimento vão para o setor da criação de gado e da agricultura, abandonando a indústria que reforça sua "vocação" de fornecedor de matérias-primas e de consumidor de produtos industrializados de São Paulo. Esta falta de interesse pela indústria se traduz por uma grande falta de dados sobre o setor. Uma política de incitação é geralmente feita em dossiês, havendo uma distribuição de subvenções com um mínimo de controle. Neste caso, não possuímos nem dossiês, nem sistema de controle.

Hoje, contudo, a FIEMS fala de vocação à agroindústria, e o governo do estado está promulgando uma lei "Proindústria" (lei nº 440), encarregada de ajudar os candidatos industriais a se instalarem no Mato Grosso do Sul.

Um estado de criação recente

O estado foi criado através da cisão com o atual Mato Grosso, em 1977. Os arquivos e estruturas administrativas se encontravam centralizados em Cuiabá. A sucessão de governadores pertencentes a diferentes tendências políticas não favoreceu a criação de um sistema de repertório e de análise de informações. A isto, acrescenta-se um problema de recursos financeiros para um bom encaminhamento dos projetos de estudo, geralmente pensados em termos muito onerosos: os recenseamentos de base devem ser feitos na escala do estado e o recurso à informática, mesmo em se tratando de dados que não se prestam a isto, é sistematicamente tido como indispensável. Dois órgãos (IDESUL, CODESUL), ligados às secretarias ministeriais tentam recuperar o atraso. E, infelizmente, isto ocorre dentro de uma situação de concorrência pois os respectivos campos de ação são mal definidos.

A oposição federal/estado

A estrutura federativa brasileira constitui um grande obstáculo para a busca de informação. Segundo os impostos, os tipos de controle, os dados se encontram em Brasília ou localmente. Algumas vezes o escritório central se contenta em centralizar as informações antes de enviar tudo para Brasília.

Quanto às pesquisas do IBGE, estas são nacionais, cuja execução é raramente feita por iniciativa do escritório local. A análise é feita no Rio de Janeiro. Na melhor das hipóteses, serão encontradas, localmente, cópias de fichas de pesquisas, mas, para consultá-las, faz-se necessária a existência de uma autorização oficial do Rio...

Os sistemas de contabilidade

A contabilidade brasileira é apresentada mais como uma contabilidade de patrimônio. As empresas devem unicamente apresentar um aparente balanço anual; uma contabilidade em termos de estrutura dos custos, sem mencionar a contabilidade analítica, não é freqüente. A título de indicação, "a contabilidade dos custos" não aparece nos manuais universitários de contabilidade elementar. O patrimônio fica, portanto, sendo privilegiado com relação ao processo de produção. Mas como se admirar, dentro de um contexto onde a inflação, pela via indireta das correções monetárias ou de um sistema de empréstimos inflacionários e que favorece a especulação, é o principal ator do resultado contábil da empresa!

Os sistemas de controle

Todo o sistema de controle está baseado na declaração voluntária de boa fé, sem que sejam anexados os documentos justificativos.

Os controles fiscais são efetuados localmente, dentro da empresa, na medida em que a declaração do montante a ser pago for contestada.

Não se presume, portanto, que o fiscal deva conhecer a empresa antes de ir visitá-la.

A nível do estado, a vontade de se instituir um sistema de controle mais rigoroso não se faz presente, - mas, juridicamente, teria ele o direito e os meios para isto? Seria toda a fiscalização e as relações entre a empresa e o estado que ficariam perturbadas, já que as taxas de lucros - geralmente muito elevadas - que observamos nas empresas, não podem ser senão garantidas por um statu-quo de flexibilidade e de fraqueza de imposição, e, portanto, de controle. Encontramo-nos diante de um problema de vontade política com implicações sociais muito carregadas. A falta de informações de que dispõe o estado, e portanto a restrição de seu papel de planificador, de seu poder, constitui apenas uma outra faceta desta situação. Todavia, é conveniente dissociar o aumento do controle e o aumento da pressão fiscal. Um controle estatístico da produção deveria poder ser feito independentemente da fiscalização.

A heterogeneidade do setor industrial

O estatuto das empresas industriais está longe de ser homogêneo. Isto quer dizer que o Ministério que está ligado a elas ou seus interlocutores oficiais, e portanto as formalidades a serem preenchidas, variam para cada uma delas. Assim, as cooperativas devem prestar contas ao INCRA, uma sociedade de alimentação para gado deverá se registrar no Ministério da Agricultura, as indústrias gráficas serão inscritas na lista do setor dos serviços, mas, em compensação, as empresas de constru-

ção civil e algumas empresas puramente comerciais serão incluídas no setor industrial. Cada empresa representa um caso particular e as informações provenientes de cada uma delas não podem ser analisadas do mesmo modo.

Apesar de todos estes obstáculos, as indústrias devem preencher um certo número de formulários. Quais são as informações que saem das empresas, em que suporte, onde podemos encontrá-las?

Existem três grandes fontes de informação : o sistema de imposição, as pesquisas dos institutos nacionais de estatísticas, as publicações de estudos das instituições locais cuja função é reunir, por iniciativa ou de forma independente das empresas, os dados relativos a elas.

3.1 O SISTEMA DE IMPOSIÇÃO

O I.C.M. (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) é freqüentemente considerado como um bom indicador da atividade econômica de um estado. Normalmente, em toda transação comercial, deve haver uma fatura sobre a qual deve estar presente a taxa de ICM.

Talvez, acima de qualquer outro problema, a regulamentação do ICM provoque paixões; trata-se de um imposto calculado com base na atividade do município que é centralizado, e, em seguida redistribuído, em parte, pelo poder federal ao estado e ao município. Constitui também um tema de reivindicação de soberania regional. Mas se o ICM é muitas vezes tomado como um cavalo de batalha pelas autoridades de estado para denunciar as discriminações a que se submetem por parte do governo federal e para preconizar uma política regional, os industriais não se mostram tão veementes. Se na maior parte das empresas as queixas, de um modo geral com relação à imposição, se fazem presentes, o ICM não está em situação particular. Sem dúvida, porque a maioria das empresas visitadas gozam de condições de aplicação do ICM muito favoráveis...

As isenções em matéria industrial são inúmeras e obedecem a leis extremamente complexas. Uma visão mais empírica e mais política possibilitaria, sem dúvida, a percepção de uma coerência global. A nível de um estado, notamos portanto a presença de arbitrariedades.

Existem quatro taxas de ICM. A regra mais "geral" seria a aplicação de uma taxa de imposição de 16% do valor da mercadoria sobre as transações efetuadas dentro do estado; de 11% para as mercadorias exportadas para outros estados, e de 9% para as mercadorias importadas dos estados do Sul. Esta taxa de 16% seria aplicada apenas aos estados menos favorecidos em termos de recursos fiscais (os estados do Centro-Oeste e do Nordeste e o Espírito Santo) a fim de ajudá-los a se beneficiarem das rendas mais elevadas que não poderiam ser garantidas por sua fraca atividade econômica. Mas, na realidade, esta discriminação quanto à imposição da taxa levanta outras questões. Seria uma manobra de "São Paulo" para favorecer suas exportações, possibilitando-as fazer mais concorrência e penalizando as exportações e mesmo as vendas internas do Mato Grosso do Sul (é verdade que, para um industrial do Mato Grosso, a preços iguais, a taxa imposta para suas compras de matéria-prima será mais leve se este escolher um fornecedor fora do estado...). Outras argumentações são mais especiosas. Uma justa concorrência entre os estados, cuja produção fosse subvencionada pela SUDENE e pela SUDAM, deveria ser restabelecida face aos outros estados que não aproveitam destas ajudas (mas o Mato Grosso do Sul não faz parte da área de influência da SUDENE nem da SUDAM). Enfim, certos industriais propõem que, "da mesma forma que isto ocorre com todos os outros estados", o estado subvencione os custos de transporte até a fronteira para fazerem concorrência à exportação, apesar da taxa.

A regulamentação é notável por seu caráter malcável e alcatório.

Nota-se todo um jogo de exceções à regra de imposição que vai desde a isenção pura e simples, até a variações sobre as taxas aplicadas segundo o produto e seu destino, sobre o cálculo da repartição, sobre os prazos de pagamentos...

Desta forma, as empresas de mineração ficam isentas. As empresas que preparam produtos "básicos" podem pagar uma taxa reduzida (usina de alimento para gado), ficar isentas (usina de sementes; por algum tempo ainda os laticínios no caso do leite, mas não dos queijos e iogurtes). Uma usina de fabricação de estruturas metálicas dispõe de 120 dias para pagar o imposto. As indústrias gráficas se situam no setor de serviços e portanto não pagam o ICM, como é o caso de algumas empresas de construção civil, em algumas de suas atividades.

O governo do estado acaba de promulgar uma lei que permitirá aos compradores de soja pagar o ICM sobre 75% da quantidade comprada. Finalmente, a nova lei "Proindústria" oferece um prazo de 36 meses para o pagamento do ICM com uma correção monetária de 25%.

Com estes jogos de isenções, o ICM é um indicador pobre da atividade econômica regional, principalmente quando se compara as atividades de vários estados. Entretanto, serve de base nos discursos oficiais para celebrar a supremacia da criação de gado e da cultura de soja que beneficiaram os cofres do Mato Grosso do Sul, em 1983, com respectivamente 19% e 18% das receitas de ICM. O setor primário participa com 57% das receitas.

Afora as isenções, seria possível se pensar

que os documentos, onde há menção do ICM, poderiam servir de base estatística para a reconstituição dos fluxos de mercadorias. Mas qual o quê! Geralmente, os formulários do ICM trazem apenas os valores do produto e o montante do imposto sem fazer referência à natureza deste produto, nem às quantidades entregues. Entretanto, no caso das transações com os outros estados, encontramos os produtos segundo sua origem e seu destino.

Os vestígios do ICM são encontrados:

- nas faturas. Uma cópia das faturas é enviada à Secretaria da Fazenda. Apenas aquelas que correspondem a uma transação com os outros estados beneficiam de uma análise;

- nas declarações mensais e anuais das empresas (guia de apuração), enviadas à Secretaria da Fazenda;

- nos registros de pagamentos efetuados nos bancos, sendo um exemplar enviado à Secretaria da Fazenda;

- nos postos fiscais: em todo o Mato Grosso do Sul são 56 aos quais se acrescentam alguns postos volantes. 85% das receitas de ICM para exportação passam por seis postos fiscais. É com base nestas fichas que atualmente são feitas as estatísticas de ICM na Secretaria de Planejamento;

- o IBGE deveria também receber um exemplar das faturas de exportação.

O IPI - Imposto sobre a Produção Industrial. Trata-se de um imposto federal sobre o valor da produção industrial, cuja taxa varia segundo os estados. Algumas empresas do

Mato Grosso do Sul pagariam 12% sobre suas compras de matérias-primas fora do estado mas não poderiam faturar senão 8% de suas vendas. Estão isentas deste imposto as empresas de estruturas metálicas, as que entram na classificação de empresas de serviços e algumas que utilizam produtos básicos (frigoríficos, alimentos para gado...).

Assim como no caso do ICM, as isenções são numerosas demais para que as estatísticas de impostos possam ser utilizadas para fins de se medir a atividade industrial.

O ISS - Imposto sobre Serviços. Trata-se de um imposto municipal do qual cada município é livre para fixar a taxa de imposição segundo o ramo ou a empresa.

O imposto de renda

O imposto é calculado de diferentes maneiras de acordo com o tamanho da empresa. As micro-empresas, cujo valor das vendas tenha sido inferior a 4.000 ORTN* ficam isentas do imposto de renda. As pequenas empresas, cujo valor das vendas esteja compreendido entre 4.000 e 100.000 ORTN pagam um imposto calculado com base nos faturamentos. Elas não pagam com base no lucro efetivamente realizado mas no lucro estimativo. Acima de 100.000 ORTN, as empresas devem fazer declarações com base no lucro real. Para isto, devem enviar para Brasília, ao Ministério da Fazenda,

(*) Valor da ORTN em abril de 1984: Cr\$ 10.000,00,

uma declaração de imposto com um balanço anual indicando qual foi o lucro. O imposto é então de 35% sobre o lucro.

Existem dados para todos estes impostos, mas eles tratam mais do montante financeiro percebido do que da descrição da mercadoria ou do serviço sobre o qual ele é percebido. As averiguações fiscais não são sistemáticas, e não há um paralelo entre as declarações fiscais e a atividade econômica. São dois mundos fechados.

O Ministério do Trabalho

São os dados relativos aos trabalhadores, suas idas e vindas, seus salários, suas qualificações que são recolhidos com maior eficácia. Toda a centralização destas informações é efetuada em Brasília, no Ministério do Trabalho.

Todos os anos, cada empresa deve preencher o RAIS (Relatório Anual dos Insumos Sociais), e todos os meses, um balanço de entrada e saída de seu pessoal. Estas são essencialmente obrigações estatísticas, sendo que os encargos sociais acarretam uma declaração trimestral (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS), e são pagos ao Ministério da Previdência Social; as declarações de renda de pessoas físicas, declaração de imposto na fonte, são feitas anualmente ao Ministério da Fazenda.

3.2 AS PESQUISAS NACIONAIS

O IBGE

O IBGE efetua, a cada cinco anos, um recenseamento das indústrias. A última publicação data de 1975. Trata-se de um recenseamento nacional muito árduo e sistemático, em que os pesquisadores vão visitar os industriais, e os resultados são dados por município. Todos os anos, realiza-se um estudo industrial, levando em conta apenas uma amostragem de empresas que empregam no mínimo cinco pessoas e/ou cujo valor das vendas se situe acima de 640 salários mínimos*. A última publicação data de 1979, e a última pesquisa, ainda não publicada, se deu em 1982 e tomou 500 empresas como amostra. Tais pesquisas são feitas pelo correio, e o industrial é obrigado por lei a responder, mas não a abrir suas contas. Todos os resultados dos questionários do Mato Grosso do Sul são reunidos, ficando sua análise centralizada na sede, no Rio de Janeiro.

Para 1980, existe um cadastro de atividades industriais, comerciais e de serviços que fornecem o nome da empresa, seu endereço, o número de pessoas empregadas e a natureza da atividade.

Uma pesquisa sobre o consumo das empresas públicas é feita todo ano.

(*) Valor do salário mínimo em abril de 1984: Cr\$57.000,00,

A cada três meses, a Fundação Getúlio Vargas realiza um estudo de conjuntura. Os questionários enfocam as modificações do patrimônio (investimentos, vendas) e as intenções de comportamento. Não se fala em produção. São pesquisas feitas pelo correio, e a empresa não tem obrigação de responder.

3.3 AS INSTITUIÇÕES

FIEMS - Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul.

A FIEMS agrupa cinco sindicatos patronais, número exigido por lei para se formar uma federação.

Ela tenta publicar, todo ano, um catálogo das indústrias, sendo que o último data de 1981 e o próximo será o do ano de 1984.

Este catálogo é constituído com base nos fichários dos diversos sindicatos. Deste modo, o fichário da construção civil está inteiramente registrado no catálogo englobando atividades de caráter industrial pouco marcante.

Nesta publicação, encontra-se o nome, endereço, razão social e os números de registro da empresa.

A FIEMS deverá se mudar, dentro em breve, para um edifício aparentemente luxuoso do centro da cidade. Aí então, ela pretende elaborar a análise informática dos dados sobre a indústria.

Em 1981, constavam da lista 3.800 empresas, e em 1984 estão registradas 5.500.

A Junta Comercial

A Junta Comercial depende do Ministério da Fazenda.

A "Junta Comercial" registra todas as formações de empresas, bem como seus estatutos, executando assim ape-

nas um trabalho de arquivo.

Como as formalidades para se dissolver uma empresa são muito complexas, podemos encontrar sinal, na Junta Comercial, de 10.000 empresas para o Mato Grosso do Sul.

CODESUL

Ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, a CODESUL é um órgão de estudos. Atualmente, está realizando um grande estudo a fim de estabelecer a balança comercial com base na análise de todas as faturas de importação e exportação. Até o momento, este trabalho não havia sido realizado senão de modo in completo com base no ICM e somente em termos de valor. Este trabalho sistemático sobre as faturas possibilitará a compreensão dos fluxos de mercadorias que atravessam o Mato Grosso do Sul. Já temos os resultados do primeiro trimestre de 1983.

A CODESUL realiza também um recenseamento exaustivo de todas as empresas ligadas ao setor de extração mineral do estado. É um órgão recente que se distingue por realizar trabalhos a partir de dados de base.

IDESUL

O Instituto de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul depende da Secretaria de Planejamento. Através de seus estudos deve possibilitar a preparação do plano de desenvolvimento. Até o momento, o setor industrial não foi particularmente estudado. O IDESUL executa um trabalho contínuo e de previsão sobre as entradas de ICM, e seus projetos de estudo são inúmeros.

A ele devemos um bom trabalho de síntese sobre o Mato Grosso do Sul.

As Universidades

Existem duas universidades em Campo Grande : a FUCMT (Faculdades Unidas Católicas do Mato Grosso do Sul) e a UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

A primeira oferece cursos de Administração Pública, e a segunda, no período noturno, cursos de Economia.

Os estudantes não realizam trabalhos sobre a região. Encontramos apenas uma tese sobre a industrialização no Mato Grosso do Sul, de importância muito geral, sendo a metade constituída de fotocópias do recenseamento industrial do IBGE de 1975.

O SINE

O Sistema Nacional de Emprego agrupa as ofertas e demandas de trabalho. Após a seleção, envia candidatos ao recrutamento à empresa que os havia solicitado.

Possui estatísticas em dia, muito precisas, relativas às características de trabalhadores e a sua repartição junto aos diferentes setores da economia. Desta forma, podemos saber, cada mês, o número de trabalhadores que encontraram um emprego na indústria (através do SINE).

4. A CIDADE E O EMPREGO

Nossa primeira idéia era estudar a cidade, ba seando-nos no emprego. Não nos foi possível, quando da realiza - ção da missão, desenvolver uma pesquisa pessoal de campo. Portanto, o resultado não é senão uma medida dos dados sobre o emprego: incompleto e insatisfatório.

O fato de se desejar estudar uma cidade tomando o emprego como ponto de partida requer uma visão dinâmica comparativa. Não se pode caracterizar uma cidade através de sua estrutura básica sem se referir a outras situações.

Nos contentamos, portanto, em expor aqui as poucas informações recolhidas, bem como uma reflexão sobre os problemas da percepção do emprego em Campo Grande.

4.1 UMA CIDADE DE COMERCIANTES E DE FAZENDEIROS

A cidade de Campo Grande é a capital do estado desde a criação do Mato Grosso do Sul em 1977. Desempenha um importante papel comercial desde a implantação da estrada de ferro de São Paulo em 1914, suplantando pouco a pouco Corumbá e Cuiabá nos intercâmbios entre os estados industrializados do litoral e os estados agrícolas do interior, aproveitando de sua situação privilegiada com relação à capital industrial do país.

Campo Grande constitui um centro de redistribuição dos produtos importados para todo o Mato Grosso do Sul. Estima-se que 80% de seu consumo seja importado de outros estados, principalmente de São Paulo. Esta situação é o reflexo da fraca industrialização do estado e da concentração de suas atividades na produção de dois bens de exportação: a soja e a carne de boi. O setor comercial predomina com o setor dos serviços muito desenvolvidos em direção a uma população abastada (bancos, serviços contábeis e jurídicos, serviços médicos...).

O setor da construção civil representava a principal fonte de emprego urbano, ocupando, segundo o PCPM*, 39% da força de trabalho da cidade. Com a crise, após a realização de grandes trabalhos públicos (parque dos poderes...), este se-

(*) Trata-se de um programa comum para as cidades de porte médio entre o CNDU, o Ministério do Trabalho e o BIRD. Campo Grande faz parte das cidades de porte médio alcançadas por este programa.

tor se encontra hoje em fase muito difícil.

Campo Grande parece ser uma cidade em prosperidade. As casas mais miseráveis, só encontradas na saída dos eixos asfaltados, não têm nada a ver com as favelas, e uma pesquisa do PCPM nos ensina que, para as famílias mais modestas (com uma renda até três salários mínimos), tanto a maioria dos terrenos como das casas, são propriedades dos moradores.

As rendas médias são consideráveis em Campo Grande: 1,4 salário mínimo por pessoa. Conseqüentemente o custo de vida é alto, pois a maior parte dos produtos, mesmo os alimentares básicos, são importados. Por detrás das vitrines das butiques, pode-se perceber seu consumo de luxo.

Além da atividade de comércio, a riqueza de Campo Grande é explicada pelo fato dos fazendeiros da região residirem nesta cidade. É lá que declaram suas rendas e, segundo o PCPM, é lá que reinvestem 40% de seus ganhos no comércio e nos serviços.

Esta prosperidade não parece ter sido perturbada com a chegada de migrantes.

Entre 1970 e 1980, a cidade de Campo Grande teve um aumento de 69.482 novos habitantes à razão de uma taxa de crescimento médio de 9,5% ao ano. Em 1981, teria por volta de 350.000 habitantes (IBGE).

Este aumento deve ser colocado em relação com o forte êxodo rural e a forte taxa de crescimento urbano que vi-

ve todo o Mato Grosso do Sul (perda de 88.453 rurais, o que significa uma diminuição de 16% de sua população rural e um ganho de 476.373 cidadãos, isto é, um aumento de 104% da população urbana entre 1970 e 1980). Deve-se também levar em conta a situação geográfica particular de Campo Grande que situa a cidade como uma etapa quase obrigatória das correntes de migrações nacionais rumo às "novas fronteiras" do Mato Grosso e de Rondônia.

As rápidas modificações da agricultura no Mato Grosso do Sul já não dão mais acesso à fixação de uma população agrícola, enquanto as cidades não parecem ter atraído um processo industrial capaz de absorver a população proveniente do campo.

4.2 PERCEPÇÕES DE EMPREGO

A definição de emprego e sobretudo sua percepção oferecem inúmeras dificuldades para se conduzir bem uma pesquisa.

Poucas pessoas dizem estar desempregadas: basta que tenham trabalhado alguns dias durante o ano para serem recenseadas como empregadas. Raramente o emprego é apresentado como um assunto grave de preocupação por parte dos responsáveis. Ou viremos falar de estruturação do setor informal, mas ninguém falará de política de emprego. E, sobretudo, a visão se manterá extraordinariamente subjetiva como se uma classe de privilegiados não pudesse se sensibilizar com os problemas da maioria "dos outros". Desta forma, é de regra geral ouvir dizer que não existe desemprego e sim pessoas que não querem trabalhar; eis uma prova: "as empresas não conseguem contratar nem manter seu pessoal, e experimente então encontrar uma doméstica..." Define-se como setor informal a totalidade dos trabalhadores sem patrão (arquitetos e médicos, inclusive todos aqueles que prestam serviços autônomos). Enfim, quando questionamos sobre a existência de um movimento migratório em direção ao campo na época da colheita, responderam-nos que isto não ocorria mas, ao contrário, que havia um movimento rumo a Campo Grande, no final das colheitas, pois os trabalhadores vinham gastar o que haviam ganhado.

O emprego não é considerado como um aspecto político nem como um problema de sobrevivência econômica para a maioria da população, mas sim como um problema técnico.

Por outro lado, o salário mínimo se situa abaixo do mínimo necessário à subsistência de uma família. Os trabalhadores do circuito oficial que atingem o salário mínimo já estão, de uma forma ou de outra, engajados dentro de outros circuitos. O sub-emprego e a remuneração sub-avaliada são freqüentes.

Dentro deste contexto, é realmente difícil se descrever a situação do emprego em Campo Grande sem se desconfiar dos dados e de suas interpretações.

REPARTIÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADECAMPO GRANDEIBGE 1980

	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA		POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE NÃO ATIVA	
SETOR PRIMÁRIO	6.926	6	9.249	9
INDÚSTRIA	9.940	8,5	7.882	7,5
CONSTRUÇÃO CIVIL	16.891	14,5	14.210	14
COMÉRCIO	17.566	15,5	11.794	11,5
SERVIÇOS	30.085	26	13.512	13
TRANSPORTE	6.786	6	7.445	7,5
ADMINISTRAÇÃO	11.123	9,5	8.769	8,5
ATIVIDADE SOCIAL	9.589	8,5	3.006	3
OUTROS	5.039	4,5	3.606	3,5
A PROCURA DE EMPREGO	1.389	1	248	0,5
INATIVOS			22.672	22
TOTAL	115.334	100	102.393	100
	217.727			

4.3 DADOS SOBRE O EMPREGO

Poucos migrantes estão oficialmente recenseados na Secretaria da Previdência Social: apenas 1.382 chefes de família em 1980. Na sua maioria, os migrantes vêm do Mato Grosso do Sul mas suas migrações anteriores são desconhecidas. Os poderes públicos estimam que eles não permanecem na cidade, utilizando do Campo Grande apenas como uma etapa.

Segundo o SINE, 84% da população ativa trabalharia. Dentre os desempregados que solicitam emprego, muitos viveriam de empregos temporários; o número de "verdadeiros desempregados" se situaria em torno de 15.000 pessoas em 1983. Entretanto, o PCPM mostra que, dentre os salários baixos, para dez empregos oficialmente recenseados, sete se situam no setor informal.

Quanto aos dados do IBGE, estes apontam uma taxa de desemprego (pessoas economicamente ativas/população economicamente ativa) de 1,2%.

Neste ponto, nos deparamos com problemas de definições.

Assim, segundo as definições do emprego industrial e segundo as fontes, a indústria empregaria de 16.000 a 35.000 pessoas no Mato Grosso do Sul. Um recenseamento do IBGE aponta 21.000 pessoas em 1980, excluindo a construção civil.

Um trabalho baseado nos RAIS do Ministério do Trabalho em Brasília, possibilitaria facilmente a elaboração anual de dados sobre o emprego.

Os dados do SINE estão disponíveis no escritório local. Estes são representativos do mercado de emprego por ele controlado. Para se interpretar os dados da agricultura, é preciso prudência, pois, tradicionalmente, este setor não recorre aos serviços do SINE; é também preciso saber que as estatísticas são essencialmente (85%) colhidas em Campo Grande, já que os outros escritórios são pouco organizados (Ribas do Rio Pardo, Fátima do Sul, Aparecida de Taboado, Corumbá, Três Lagoas, Mundo Novo, Dourados, Ponta Porã). Desta forma, temos informações sobre as demandas e ofertas de trabalho que transitam pelo SINE desde 1981. Elas podem ser utilizadas como indicador da evolução do desemprego e dos problemas de adequação da oferta e da demanda.

Em 1983 a indústria não ofereceu saídas se-
nã para 3,3% dos que procuravam emprego, representando 9,4% dos lugares efetivamente preenchidos pelo SINE, contra 4% e 11% para a agricultura, 6,4% e 18% para a construção civil, 7,5% e 21,2% para o comércio e 14,1% e 39,8% para os serviços.

Se os industriais não parecem compreender as questões levantadas sobre as políticas de emprego, estão, na verdade, muito atentos à estabilidade de seu pessoal. Alguns rodeiam seus entrepostos de plantações de mandioca para o consumo de seus empregados, outros, através de meios mais consideráveis, constroem um vilarejo com escola para alojar executivos e operários; a maior parte leva em conta os meios de transporte urbano a fim de determinar sua localização. O pessoal, uma vez constituído, torna-se

COLOCAÇÃO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

	1981		1982		1983	
		%		%		%
Agropecuária	45	2,6	1040	15,8	1192	11,4
Indústria	145	8,3	383	5,8	978	9,4
Construção Civil	267	15,3	2583	39,2	1894	18,2
Comércio	525	30,0	913	13,9	2213	21,2
Serviços	765	43,8	1667	25,3	4141	39,8
T O T A L	1747	100,0	6586	100,00	10.418	100,0

Fonte: SINE

INSCRITOS E VAGAS

	CANDIDATOS CADASTRADOS (A)	OFERTAS DE VAGAS RECEBIDAS (B)	B/A	CANDIDATOS COLOCADOS (C)	C/A
1981	7.466	6.550	87,7%	1.747	23,4%
1982	17.235	15.746	91,4%	6.586	38,2%
1983	29.352	16.430	56,0%	10.418	35,5%

Fonte: SINE

precioso - e deve ser mantido.

As estatísticas do SINE mostram que, com efeito, aqueles que procuram emprego, mesmo depois de passarem por uma primeira seleção, têm dificuldades em responder às exigências das empresas. Os principais fatores colocados pelo empregador para recusar o empregado são o baixo nível de instrução (a maior parte não terminou o ciclo primário) e de experiência. De fato, os empregos especializados, como carpinteiros ou pedreiros, não são preenchidos por falta de candidato; enquanto isto, os cargos que não requerem uma capacidade particular são os mais solicitados pelos desempregados. Mas freqüentemente o candidato recusa o emprego, particularmente os trabalhos peníveis ou julgados como degradantes (trabalhadores braçais, domésticas), para os quais a oferta é superior à demanda. Os desempregados não aceitam qualquer coisa: preferem um emprego de escritório.

Esta possibilidade de escolha mostra que o setor informal, ou pelo menos não recenseado pelo IBGE, é capaz de absorver um suplemento de mão-de-obra, assim como é capaz de responder às necessidades dos trabalhadores pagos com o salário mínimo.

O SINE está tentando desenvolver um programa de ajuda (formação - agência de empregados - ajuda ao equipamento) ao setor informal. Infelizmente as verbas para este programa não foram desbloqueadas. Tal projeto atingiria mais de 500 famílias já inscritas, há também um outro projeto relativo à comerci

alização de produtos artesanais.

Na grande maioria dos casos, aqueles que procuram emprego são originários do Mato Grosso do Sul. Campo Grande se situaria então bem no começo do processo de migrações e de êxodo rural rumo ao Oeste.

Torna-se difícil fazer uma idéia da situação precisa do emprego em Campo Grande, sem um melhor conhecimento da relação entre a população inscrita como solicitadora de emprego e a população economicamente ativa, empregada no setor oficial ou não.

Entretanto, pode ser colocada em evidência a predominância do setor de serviços e de comércio que mostra que Campo Grande desempenha um papel importante de revezamento comercial nas relações entre os estados do Sul e o interior.

Esta situação histórica parece prosseguir. Ela ilustra bem o desequilíbrio da atividade econômica do Mato Grosso, produtor de matérias-primas de exportação e importador, através de Campo Grande, de produtos industrializados e de produtos alimentares de consumo elementar.

ANEXO
FICHAS-SÍNTESIS

COOPERATIVA CENTRAL DE LEITE DE MATO GROSSO DO SUL - CCLMS

História: Nasceu das iniciativas das cooperativas singulares

Formação: Há 7 anos.

Compra e reforma de uma empresa que já existia.

Empréstimo do BNCC + capital próprio, cada mês o produtor tem de pagar 1% do valor de sua produção mensal de leite para formar o capital.

Hoje: valor do patrimônio - 60 bilhões de cruzeiros

Dívida: 3 bilhões (em Campo Grande)

Filiais: Dourados, Corumbá, Eldorado

Produção: Capacidade: 120.000 litros/dia

Produção : 80.000 litros/dia

Comercialização de 50.000 litros em Campo Grande (100% do mercado).

30.000 litros para fazer iogurtes (44% do mercado em Campo Grande), queijo, manteiga, creme de leite, doce de leite.

Venda do leite à Cr\$ 340,00/litro, preço tabelado pela SUNAB. Preço de compra: Cr\$ 236,00.

Valor da produção: leite - 17 milhões/dia

iogurte - (20% do valor total da produção) \pm 4,5 milhões/dia

total mensal: \pm 700 milhões

Empregos: 180 em Campo Grande
 60 em Dourados
 40 transportadores
 1500 fornecedores de leite - a maior força é o peque
 no produtor com 30 a 100 litros/dia.

Organização: O laticínio paga o produtor uma vez por mês, no dia 20.
 Para formar uma cooperativa central, a Lei pede 5
 cooperativas singulares. Aqui são:

- Cooperativa dos Produtores de Leite da Região Centro-Sul COOMLEITE - Campo Grande
- Cooperativa dos Produtores de Leite do Sudoeste de Mato Grosso do Sul COOPLEISUL - Aquidauana
- Cooperativa dos Produtores de Leite do Pantanal COOPLEIPAN - Pantanal
- Cooperativa Regional Tritícola Juruina Ltda COTRIJUI - Campo Grande
- Cooperativa Tritícola Regional de Santo Ângelo Ltda COTRISA - Campo Grande.

Fiscalização: O INCRA coordena as cooperativas.

O leite ainda não paga o ICM, os subprodutos pagam.
 Paga-se IPI

Problemas: - Mudança recente de estrutura. Ainda não existe con
 tabilidade dos custos.
 - Capital de giro demasiado fraco, juros demasiado al
 tos (custos 40% da produção?)

- Com toda a capacidade e venda de leite só, há equilíbrio financeiro (perda sobre sub-produtos?)

ESTRUTURA DOS CUSTOS

ORIGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS

<u>IOGURTE</u>	<u>EM POTE</u>	<u>EM BANDEIJA</u>
Leite em natural(local)	10	13
Leite em pó(São Paulo)	4	5
Polpa de frutas (Minas)	11	13
Açúcar (São Paulo)	2	2
Copo (São Paulo)	13	15
Caixa (São Paulo)	2	4
Mão-de-obra	2	2
Custos distribuição	8	8
Promoção	3	4
Impostos (ICM=17% preço venda)	17	17
Devolução	1	1
Lucro	<u>27</u>	<u>16</u>
	100%	100%
% matérias-primas importadas	32%	39%

faltam os custos financeiros que seriam 40% do valor da produção?

Creme de leite: embalagem BRASHOLANDA (São Paulo)

Doce de leite : 100 L. leite a 3,6 mg para 30 Kg de açúcar

Manteiga: creme de leite + 2% sal

Queijo: massa + sais fundante de São Paulo

Design, marca: Brasília

GRÁFICA BRASÍLIA

História: 1975 criação por um ex-sócio da "gráfica editora."

Dono matogrossense, ex-Secretário de Indústria e Comércio.
Capital próprio + financiamento de um banco comercial
comum.

Existência de um mercado em Campo Grande (comércio e ad
ministrações públicas). Campo Grande tem 50 empresas de
gráfica com mais de 700 empregados.

O setor gráfico não pertence ao setor industrial mais ao
setor dos serviços.

Produção: Trabalha com encomendas - 95% em Campo Grande

Valor da produção 1983: 127 milhões

Atividades: gráfica + papelaria + comercial

Empregos: 30

Impostos: ISS - PIS+FIN

Problema: a respeito da Lei 440: a carência sobre ICM não preocupa
uma empresa de serviço, é melhor criar um banco estadual
de desenvolvimento.

ESTRUTURA DOS CUSTOSORIGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Papel (São Paulo)	23
Tinta-filmes (Rio)	12
Chapas Aluminium (São Paulo)	
Telefone	1
Energia	1
Despesas administrativas	6
Salários	25
Encargos Sociais	10
Custos Financeiros (juros)	5
Impostos	7
Lucro	<u>10</u>
	100%
% de matérias-primas importadas	35%

investimentos: máquinas alemãs

fotocomposição U.S.A

AGROSULSetor Armazenagem

Capacidade: 2 milhões de toneladas de grãos que é de 2,5% da produção do estado.

Custo: ⁺ 5% do valor do produto

Impostos: ISS que depende do município. Pode variar da isenção total à 1%, 5% ...

Não tem vontade de beneficiar ou de comercializar o produto, nem de incentivar um produto singular.

AGROSUL tem 3 departamentos:

- armazenagem
- insumos (vendas de sementes, adubos, mudas)
- mecanização (alguns tratores + mão-de-obra)

Preço da soja/sacos de 60 Kg:

- preço do estado: Cr\$ 7.000
- preço à exportação: Cr\$ 20.000

MAFOR - Manufatura de Fosfato Orgânico

História: Criação 1977 no núcleo industrial

Sócios de São Paulo e veterinário do Rio Grande do Sul
Escolha de um lugar perto do mercado (Cuiabá, Anápolis,
Goiânia ou Campo Grande)
Capital próprio.

Produção: 4.000 sacos de suplementação mineral para pecuária (sais
minerais e compostos vitamínicos). Por mês: 100 t/mês

Sacos de 25 Kg preço: (± 7.500 \$) ?

Valor da produção possível ± 30 milhões/mês

Capacidade para 40.000 sacos ? falta de capital de giro
para trabalhar à capacidade total

Própria produção de farinha de ossos a partir de ossos
comprados nos açougues em todo o estado, beneficiados
nas 8 graxarias próprias. Objetivo: 40 graxarias.

Empregos: 40 pessoas: 15 na usina

6 transporte

8 vendedor

1 veterinário

10 nas graxarias

Problemas: Falta de capital de giro

Concorrência do comércio de São Paulo. Nesta área de
produção, a maioria é importada. BANDEIRANTE-NUTRISAL

Impostos: Taxa de ICM especial: 4%

Não paga IPI porque aproveitamos produtos básicos - PIS,
FIN, INPS, FGTS.

ESTRUTURA DOS CUSTOSORIGEM DAS MATÉRIAS PRIMAS

Ossos	36
Sal (Rio Grande do Norte)	6 -
Micro-elementos:	
- sulfato de cobre (São Paulo)	
- sulfato de zina (São Paulo)	
- sulfato de cobalto (importado via São Paulo)	6
- Iodo de Potássio (importado via São Paulo)	
Embalagem Embalagem (São Paulo)	4
Salários	10
Transporte	3
Custos comerciais	13
Custos administrativos	5
Custos financeiros	2
Impostos	5
Lucro	<u>10</u>
	100%
% matérias-primas importadas:	16%

PAULI

História: 03 de outubro 1967 criação da empresa em Santa Catarina (Xamxere)

1977 os donos vão abrir uma filial em Campo Grande. Esta filial se torna matriz com a fechada da usina de Santa Catarina.

Agora filial em Cuiabá, usina leve em Campo Grande, pesada no Núcleo Industrial de Campo Grande.

Diversificação adiante (do leve ao pesado)

Capital próprio, com política de reinvestimento.

Quase monopólio num raio de 500 Km.

Produção: Com encomendas sô. Mercados no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Produção: 60% da capacidade virtual.

1983: vendas - 326 milhões de cruzeiros

Caçambas basculantes, tanques, perfilagem, estrutura metálica.

Empregos: 70 empregados em Campo Grande

10 empregados em Cuiabá

Impostos: Isenção do IPI (Lei federal)

ICM: incentivo estadual: prazo de 120 dias

Problemas: Crise da construção civil.

ESTRUTURA DOS CUSTOSORIGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Chapas de aço (COSIPA - São Paulo)	
Pistas (São Paulo)	
Tinta estrutura (São Paulo)	67
Acessórios (São Paulo)	
Parafusos (local)	
Telas de alumínio local	
Salários	10
Custos administrativos	2
Juros	2
Custos de vendas	1
Custos fabricação + energia	3
Diversos	2
Lucro	2
Impostos	<u>11</u>
	100%
% matérias-primas importadas	67%

Consumo mensal: 150 toneladas de chapa de aço.

SEPACO

História: Origem do dono: Minas Gerais - Montes Claros

Depois de um fracasso vai buscar uma sorte melhor no Ma
to Grosso do Sul. E encontra um rico fazendeiro que vai as
sinar para todos os empréstimos.

Início: capital do fazendeiro + empréstimo

1979: 20% próprio

Agora já devolveu os 500 milhões para o investimento com
soja.

1975 criação: sementes para pastagens. 1979: semente pa
ra soja. 1984 sementes para feijão.

Produção: 1983: 72.000 sacos de 40 Kg de soja.

Preço hoje: 48.000\$ o saco. Valor desta produção: 3,5 mi
lhões

Capacidade com soja: 30.000 sacos

Mercado: no Mato Grosso do Sul - 1 milhão de hectares
plantados: Precisa-se 2 sacos/ha (80 Kg/ha). Faz um mercado
de 2 milhões de sacos. A produção local é de 1 milhão só.
Importações do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A SEPACO exporta no Peru e Bolívia. Faz 4% do mercado lo
cal.

Empregos: 40 no escritório

8 na fazenda experimental (feijão)

230 nos campos para colher a bracharia

Cooperadores para plantar as sementes de soja.

Impostos: isenção de ICM (produto básico).

Problemas: para crescer, precisa de capital de giro.

ESTRUTURA DOS CUSTOS

ORIGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS

SOJA

Sementes da EMBRAPA (local)	29
Bonificação aos cooperadores	6
Salários	5
Custos financeiros	23
Custos administrativos	8
Transporte	1
Lucro	<u>28</u>
	100

100% local

Uso de energia fraco

Não falou sobre impostos

Para a bracharia o lucro fica bem maior.

- Investimento experimental para o feijão: 600.000 \$/ha

Objetivo: 40 sacos (60 Kg)/ha

10 vezes mais lucro do que a soja para o produtor

- 1 saco de sementes básicas de soja faz 35 sacos de sementes fis
calizadas. Compra de sementes básicas só cada dois anos.

- Máquinas - embalagens: PARANÁ

MATADOURO ELDORADO - MATEL

História: Dono de São Paulo. Capital próprio mais sociedade anônima.

Modernização e colocação de frigorífico de um matadouro já existente

1964: criação jurídica

1967: início das atividades

A sociedade de transportes pertence ao mesmo dono, também uma câmara fria em São Paulo agora fechada (comercialização direta poupa capital de giro) e uma fazenda de criação perto de Campo Grande.

Produção: capacidade: 500 cabeças/dia. Atividade média: 320 c/dia.

Mercado: compra à 310.000 \$ à 25 dias (fornecedores 95%, fazenda própria 5%)

Vende a 30 dias (local: 16%, São Paulo 15%, Rio de Janeiro 64%, outros 5%)

Trabalha com encomendas; precisa de 5 dias para entregar em São Paulo à partir da fazenda:

- saída da fazenda: 1 dia (1 caminhão - 17 bovinos)
- descanso: 1 dia
- matança: 1 dia
- resfriamento (0°): 1 dia
- São Paulo viagem: 1 dia

O prazo para o descanso e o resfriamento é imposto pelos serviços de saúde veterinária que permanecem no matadouro.

- 5 dias de prazo para entrega + 5 dias de diferença entre o pagamento dos fornecedores e dos fregueses, são 10 dias de capital de giro (a 15%/mes faz um capital de giro de 1 bilhão)

Empregos: 50 na fazenda + 350 operários + 150 transportadores
Vila operária com 86 casas, escola com 5 professores pagos pela empresa, ônibus para levar criança à escola da cidade.

Impostos: Paga ICM, não paga IPI- ISTR e ISS sobre a empresa de transportes.

ESTRUTURA DOS CUSTOS

52% boi
30% despesas operacionais + impostos
10% juros e transportes
8% lucro
100%

ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

em valor

74% carne
4% miolos
9% couro
6% sebo
1% carnarina
1% ossos/sangue
5% charque
100%

Não tem venda local de subprodutos
Possibilidade de industrializar o couro (que hoje vai para S. Paulo), o sebo e a carnarina se tivesse capital. Os ossos e o sangue fazem rações para a própria fazenda.

PLASTPLUMA

História: 3 sócios amigos de Presidente Prudente (SP).

Estudo de mercado e recuperação do mercado duma empresa (amigos também) de Presidente Prudente que parava a fabricação de sacos para se especializar em tubos de irrigação. Esta empresa deu o apoio técnico.

Capital próprio + 15% banco. Nenhum incentivo do estado.

Outubro 1983: criação

Teve a vantagem à uma localização fora do núcleo industrial: especulação sobre terreno, transportes do pessoal, escola, proximidade da cidade... .

Produção: Sacos de plástico até 5 Kg

Capacidade: 12 toneladas/mês

Produção/dia: 320 Kg (produção/mês: \pm 9 t)

Preço: 1000 sacos \pm 2.600 \$

(Valor da produção/mês: 24 milhões)

Mercado em Mato Grosso do Sul: 200 - 250 t/mês

outro concorrente em Campo Grande faz 50 t/mês

O mercado de sacos maiores para grãos é fechado: monopólio dos grandes produtores.

Empregos: 7 empregados

a máquina para estrusão trabalha 24 h/dia

Problema: Já chegou a uma produção máxima..

Precisa capital para crescer.

Impostos: ICM (compra 7 vende 9), IPI (compra 12 vende 8) PIS +

FINSOCIAL: 1,7% dos salários.

ESTRUTURA DOS CUSTOSORIGEM DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Polietileno (Cubatão (SP) ou Bahia)	45%
Transporte	2%
Custos de fabricação (depreciação + energia)	8%
Salários e encargos sociais	11%
Impostos	10%
Comissão	5%
Perdas (devolução)	5%
Lucro	<u>14%</u>
	100%

Tintas especiais: São Paulo

Baquelite - massa - borracha: São Paulo

Álcool - solvente: Paraná

0,92 Kg de polietileno faz 1.000 sacos

3 processos de produção: estruzão

impressão

corte

ADAMES

História: Capital familiar de pessoas do Rio Grande do Sul, já ji
padas em Mato Grosso do Sul.

Em 1981, criação da empresa como empresa industrial de
transformação de couros verdes, mais nunca transformou
couro...

Tem uma grande loja, um pequeno ateliê de selaria, um ar
mazém para misturar os sais

Diversificação horizontal.

Produção: atividades: 1 setor comercial de produtos do Rio Grande
do Sul, mercadorias para fazendeiros e ao respeito do ga
do.

2 setor comercial de compras de couros ver
des nos açougues da região e vendas no Rio Grande do Sul
sem transformação (só transporte).

3 setor veterinário, vacinas do Rio Grande
do Sul.

4 setor de fabricação de sais minerais

5 setor de fabricação de artigos de selaria
a partir de couros do Rio Grande do Sul.

Sais: 25 Kg/saco preço 7.500 \$: mistura a escolha
do fregues. Faz sua própria farinha de ossos.

Valor total da produção (das vendas) do primeiro trimes
tre 84: 640 milhões \$.

Impostos: paga ICM 12% taxa interestadual para os couros
13% taxa intraestadual

Empregos: 41 empregados

Problemas: não há mercado, nem matérias primas, nem mão-de-obra para fazer roupas de couro que poderiam rivalizar com os artigos do Rio Grande do Sul.

		em valor
<u>ESTRUTURA</u> :	sais:	9%
<u>DA PRODUÇÃO</u>	vacina+diversos	10%
	couros verdes	<u>81%</u>
		100%

A atividade de selaria faz só 0,4%

margens brutas 45% sobre parte comercial (loja)
 20% sobre a comercialização do couro verde
 10% sobre sais

Os couros verdes só se encontram nos açougues.

Os matadouros vendem diretamente no centro de transformação e têm couros de melhor qualidade mais demasiado caro. O mercado é diferente.

1 boi "Bordon" dá 30 Kg de couro à 1.800 \$/Kg

1 matriz "Adams" dá 20 Kg de couro à 1.400\$/Kg

CIMADEL

História: Parte industrial de um grupo de construção civil com CIVILETRO e CONSTRUMAT.

Dono matogrossense com sócio "italiano-brasileiro".

História de família (...?)

Capital próprio, nenhum incentivo direto

Filial em São Paulo

Existe há mais de 15 anos

Produção: 40.000.000 \$/mes

50 toneladas esquadrias/mes

Custos: 800 \$/Kg

Capacidade de trabalho para 200 pessoas, hoje só 80 trabalham

Esquadria de ferro e madeira, tubos de concreto, tijolos de cimento.

Empregos: 89 pessoas

Impostos: IPI, ICM e ISS porque há atividade de montagem

Matérias: - chapa de ferro

- Goiás compradas em
Campo Grande

Primas

Consumo 700 toneladas/ano

+ 40 toneladas de sucata local

- Perfilado do Paraná

- Meta Forte

São Paulo

- Atlas

- Pauli (local)

- ferro laminado consumo 200 toneladas/ano

- perfilado de alumínio 50 toneladas/ano

São Paulo ALCÃO - ALCAN

- madeira 500 m³ Mato Grosso
- acessórios, tintas São Paulo

GRUPO CIMADEL - CONSTRUMAT - CICELETRO

História: 1963 criação CONSTRUMAT, matriz em Campo Grande, filiais em Brasília, Recife, São Paulo
1979 criação CIVELETRO, matriz em Cuiabá filiais em Campo Grande, São Paulo e Joinville.

Impostos: ISS

Empregos: 4.800 para as 3 empresas em 1982
1.800 para as 3 empresas em 1984
em Campo Grande hoje: 800 empregados

Matérias: pedras local

Primas cimento São Paulo, Goiás, Paraná

 areia local

 telha de barro São Paulo

 material de acabamento, mais de 800 itens em São Paulo

 fechadura São Paulo

 amianto São Paulo

Problemas: crise da construção civil

a construção no parque dos poderes é quase parada falta de recursos do Governo.

COPAMAT

História: Criação 1962 por um matogrossense

Nenhuma atividade industrial, mais fica no cadastro das indústrias porque pertence ao Sindicato da Construção Civil.

Produção: Poço artesiano

Existe uma outra empresa desse tipo em Campo Grande.

300 poços foram perfurados em Mato Grosso do Sul
trabalha só com privados - fazendas

Impostos: Empresa de serviço, paga ISS

O equipamento vendido com poço não paga ICM porque entra como matérias primas

Paga IPI à fábrica

Matérias: Motor e bomba: São Paulo

Primas